



CLIPPING



13 de
OUTUBRO
2022

REPÓRTER

70

> MULHER OUVIDORIA

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) oficializou o funcionamento da Ouvidoria da Mulher. Segundo portaria publicada no Diário da Justiça, “o órgão terá competência para receber e encaminhar às autoridades competentes demandas dirigidas ao TJPA, relacionadas a procedimentos judiciais referentes a atos de violência contra a mulher”. A Ouvidoria da Mulher poderá ser acessada presencialmente, na sede da Ouvidoria de Justiça, por correspondência eletrônica, por ligação telefônica, por meio de formulário eletrônico, balcão virtual ou por qualquer outro meio tecnológico que vier a ser disponibilizado pelo TJPA.

> CRIANÇAS PROTEÇÃO

Assim como o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Pará (MPPA) também enviou ofício pedindo que a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, encaminhe ao órgão a documentação existente sobre os casos denunciados pela ex-ministra Damare Alves, senadora eleita pelo Distrito Federal, durante um culto em Goiânia (GO). No documento, o MPPA afirma que “tem adotado tanto medidas para fortalecimento da rede de proteção, quanto ações para a efetiva responsabilização dos autores, sendo o enfrentamento à violência sexual diretriz prioritária do Plano Setorial para Infância e Juventude”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CADÊ?

Damares não apresenta provas. MP, Polícia e entidades cobram providências

Ex-ministra de Jair Bolsonaro e senadora eleita fez graves acusações de exploração sexual infantil no Marajó, mas nenhum órgão encontrou denúncias protocoladas. Movimentos sociais criticam uso político da ilha



Damares Alves permanece calada sobre apresentação de provas do que ela mesma acusou

FOTO: CELSO RODRIGUES

FAKE NEWS

Luiza Mello

Aumenta a pressão para que a ex-ministra Damares Alves apresente provas sobre as denúncias de abuso sexual contra crianças supostamente ocorridas em municípios do Marajó. Além da solicitação feita pelo Ministério Público Federal, que determinou, na segunda-feira (11), que essas provas sejam entregues em três dias, agora foi a vez de o Ministério Público do Pará (MPPA) cobrar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos os arquivos que a ex-ministra declarou estar sob a guarda do governo federal. O delegado ge-

segundo ela, presenciadas na região marajoara.

“Eu vou contar uma história para vocês, que agora eu posso falar. Nós temos imagens de crianças brasileiras de três, quatro anos que, quando cruzam as fronteiras, os seus dentinhos são arrancados para elas não morderem na hora do sexo oral”, relatou. Ela disse ainda que as meninas e meninos comem comida pastosa “para o intestino ficar livre na hora do sexo anal”, afirmou a ex-ministra. Ela disse ainda que crianças do Marajó são traficadas para o exterior e submetidas a mutilações corporais.

Imediatamente após a repercussão da fala da ex-ministra, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão determinou que o Ministério da Mulher, da

medidas tomadas sobre os fatos alegados, a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis adotadas”, diz o ofício, assinado por promotores de Justiça de Breves, Afuá, Anajás, Chaves, Bagre, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Gurupá, Melgaço, Oeiras do Pará e Portel.

No documento, o Ministério Público do Estado do Pará ressalta que até o presente momento “nenhum dos fatos relatados pela ex-ministra Damares Alves foi encaminhado formalmente aos Promotores de Justiça que atuam na região do Marajó”. E prossegue: “o MPPA reitera seu compromisso na garantia de direitos infantojuvenis e registra que, continuamente, vem reforçando sua atua-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ral da Polícia Civil do Estado do Pará, Walter Resende de Almeida, que é também gestor da polícia judiciária, responsável pela apuração das infrações penais narradas pela ex-ministra, solicitou todos os documentos referentes às apurações feitas por Damares e sua comitiva quando estiveram em visita ao Pará.

A Polícia Civil solicitou, além de documentos, mídias e demais provas que possam subsidiar os procedimentos investigatórios. Um dos motivos foi o fato de Damares ter dito possuir imagens gravadas sobre as denúncias feitas no sábado, dia 8, mediante uma plateia de famílias evangélicas na cidade de Goiânia, Goiás. Fotos registradas no evento mostram crianças presenciando o momento em que ela descreve as barbaridades, me, Guiana”, disse o filho do presidente.

Damares denunciou ainda que Jair Bolsonaro teria sido “alvo de ataques” por combater abuso sexual contra as crianças: “A guerra contra Bolsonaro que a imprensa levantou, que o Supremo levantou, que o Congresso levantou, acreditem, não é uma guerra política. É uma guerra espiritual”, completou sem apresentar provas ou indícios para as declarações.

APURAÇÃO

Com grande repercussão na mídia nacional, a fala da ex-ministra está sendo apurada por diversas fontes e autoridades nacionais. Ontem, durante o programa Estúdio I, da Globonews, a apresentadora Andrea Sadi revelou que fontes da Polícia Federal informaram que fizeram

Família e dos Direitos Humanos preste informações sobre todas as denúncias de violência contra crianças que recebeu desde 2016. A solicitação da Procuradoria inclui que as denúncias devem ser reportadas “detalhadamente” e incluiu as “em trâmite ou não, nos últimos sete anos (2016-2022), envolvendo tráfico transnacional de crianças e estupro de vulneráveis”. Nada foi apresentado ou comprovado até o momento de fechamento desta edição.

No documento encaminhado ontem ao governo de Jair Bolsonaro, o Ministério Público do Estado do Pará solicita que seja encaminhada toda a documentação existente no prazo de 5 dias. O MPPA pede também que sejam anexados todos os “eventuais esclarecimentos a respeito de uma busca nos registros oficiais sobre denúncias de violência sexual e nada encontraram sobre as revelações feitas pela bolsonarista, eleita senadora pelo Distrito Federal no último dia 2 de outubro.

A Secretaria de Segurança Pública do Pará (Segup) também informou não ter encontrado nenhum registro sobre tais manifestações feitas por ela. Um documento assinado pelas delegadas das delegacias Especializada no Atendimento da Mulher (Deam) e no Atendimento da Criança e do Adolescente (Deaca), de Breves, Ana Paula Lobato Perdigão e Maria Anéxia Soares Menezes revelam que, formalmente através das redes de proteção ou por qualquer outro meio “nunca chegou na unidade policial”, que foi reativada em 4 de agosto

ção nesta região, ciente das dificuldades e dos desafios, especialmente no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”.

A declaração da ex-ministra, gravada em vídeo pelos fiéis presentes ao encontro, foi divulgada nas redes e compartilhada nas mídias sociais pelo filho de Bolsonaro, Flávio e pelo deputado federal Mário Frias (PL-SP). “Sobre a Ilha de Marajó, todo mundo pergunta: por que o Bolsonaro está fazendo o maior programa de desenvolvimento regional na Ilha do Marajó? Porque ele tem uma compreensão espiritual que vocês não têm nem ideia. Fomos para Ilha do Marajó, e lá nós descobrimos que nossas crianças estavam sendo traficadas por lá. Marajó faz fronteira com o mundo, Suriname este ano, “qualquer relato a respeito do tráfico de crianças na região do Marajó Ocidental”.

As delegadas dizem ainda que as denúncias sobre violações de direitos de crianças e adolescentes são “prontamente apuradas e reprimidas e que os crimes de violação sexual de vulneráveis, endêmicos desta região, estão sendo apurados rapidamente” completando que foram realizadas 10 prisões de envolvidos e outras aguardam decisões judiciais.

Segundo o documento, a Polícia Civil do Pará tem atuado “incansavelmente para salvaguardar a vida das crianças e adolescentes paraenses”. Segundo o texto, se forem verídicas as denúncias feitas por Damares, e chegarem até a Delegacia, serão “prontamente investigadas”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sistema Nacional de Segurança não possui nenhuma denúncia em cadastro

O DIÁRIO fez uma busca pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisonais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (SINESP), que agrupa, entre outros dados, informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Aparecem com status de

“Desaparecidos” no Estado do Pará, no período de 10 anos, 50 crianças e adolescentes, sendo 41 do sexo feminino e nove do sexo masculino, com idade entre 01 e 17 anos. O Diário pesquisou também o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), implantado pelo Ministério da Saúde em

2006, que tem dois componentes: Vigilância de violência interpessoal e autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Viva/Sinan) e Vigilância de violências e acidentes em unidades sentinelas de urgência e emergência (Viva Inquérito). No dia 25 de abril de 2020, a ex-ministra fez

sua primeira visita ao arquipélago do Marajó. Ela foi acompanhada por equipes de assessores, entre eles fotógrafos e cinegrafistas. Nenhuma dessas autoridades apresentou qualquer denúncia aos órgãos policiais ou ao MP. O desembargador e jurista brasileiro, Walter Maierowitch disse

que, sem provas ou providências que comprovem qualquer iniciativa para apurar os crimes relatados pela ex-ministra Damare Alves, como a fala dela se refere a um período em que ainda era ministra, a senadora eleita pode ser acusada de prevaricação, ou seja, omitir a comunicação de um crime para

os órgãos competentes investigarem. O jurista ainda falou sobre a possibilidade de Damare ser investigada na Corregedoria Eleitoral por abuso de poder político. “Haveria uma investigação judicial no TSE e isso pode gerar uma cassação — ainda que o fato tenha ocorrido antes da posse dela.”

Movimentos sociais do Marajó repudiam fala da ex-ministra e mostram indignação

Somando ao coro das entidades policiais e judiciais, os movimentos sociais do Marajó também expressaram sua indignação com a publicação de uma nota de repúdio ao ato de verbosidade da ex-ministra: “Nós, marajoaras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, viemos, novamente, por meio desta carta manifestar o nosso total repúdio e indignação diante das graves afirmações proferidas, por uma gestora pública, que mais uma vez direciona ao Marajó

palavras maldosas que alimentam cada vez mais os estigmas carregados pela nossa população historicamente atacada e atingida pelo modelo desigual de desenvolvimento social e econômico do país, que centraliza recursos e distribui misérias para as regiões do norte e nordeste”. De acordo com a nota assinada por ao menos 33 representantes sociais, o repúdio se dá em razão de que, conhecedores dos problemas ligados à exploração sexual na região marajoara e constituindo um tema

caro a moradores locais, “as afirmações realizadas merecem um esforço coletivo de uma rede de proteção criada na região e essa rede desconhece que possa ter ocorrido o fato relatado pela senadora eleita”. As entidades classificaram como infundadas as afirmações de Damare e sem provas factíveis: “na rede de proteção local não há registros desse tipo de violação de direitos. Restar que esse fato relatado pode ter sido fabricado no calor do período eleitoral”. Entre as entidades que

assinaram a nota de repúdio estão: Conselho Nacional das Populações Extrativistas do Pará; Comissão de Justiça e Paz de Breves; Coletivo de Pretas e Pretos do Arquipélago do Marajó (CPPAM); Faculdade de Serviço Social - UFPA /Campus Marajó do Breves; vice-presidência do Memorial Chico Mendes; Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade do Arquipélago do Marajó (DIDHAM); Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia (Gepea/UEAP); Fe-

“

Nós, marajoaras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, viemos, novamente, por meio desta carta manifestar o nosso total repúdio e indignação diante das graves afirmações proferidas, por uma gestora pública, que mais uma vez direciona ao Marajó palavras maldosas que alimentam cada vez mais os estigmas carregados pela nossa população historicamente atacada e atingida pelo modelo desigual de desenvolvimento social e econômico do país, que centraliza recursos e distribui misérias para as regiões do norte e nordeste”

deração de Trabalhadores Rurais Agricultores Agricultoras Familiares do Estado do Pará/Fetagri; Gru-

po de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia - Gepeif/UFPA; entre outros.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



TRIBUNAL

Julgamento de Lukinhas do Parauapebas ocorre nesta quinta

A acusação é que o jogador não teria cumprido uma punição remanescente de quando ainda atuava pela Tuna Luso

🕒 quinta-feira, 13/10/2022, 08:40 - Atualizado em 13/10/2022, 09:32 - 🧑 Autor: Nildo Lima



📷 A decisão pode tirar o time de Lukinhas da competição | Lenno Costa/PFC

Paralisada há pouco menos de uma semana, em razão do imbróglio envolvendo o meia-atacante Lukinhas, que estaria disputando a competição de forma irregular, a Série B do Campeonato Paraense tem, nesta quinta-feira (13), fora das quatro linhas, um dia decisivo. É que a situação do atleta será apreciada pela 2ª Comissão Disciplinar, do Tribunal de Justiça Desportiva do Pará (TJD/PA).

O caso provocou a suspensão da partida entre Parauapebas e Esmac, pela 2ª rodada das oitavas de final da Segunda Divisão, programada para a quinta-feira passada, no estádio Rosenão, na cidade de Parauapebas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sem a conclusão da rodada, com apenas sete clubes classificados à terceira fase da competição, a Federação Paraense de Futebol (FPF) acabou ficando de “mãos atadas” para elaborar a tabela das quartas de final e, desta maneira, dar continuidade ao campeonato.

O Departamento Técnico da entidade preferiu não se arriscar em dar prosseguimento à disputa, correndo o risco de as partidas serem anuladas em função de alguma decisão do TJD/PA contrária ao Parauapebas. A eventual saída do Gigante de Aço da Série B causará mudanças na configuração da ordem de confrontos das quartas de final.

O [juízo tem início marcado para às 17h de hoje \(13\)](#) e será regido pelo presidente da 2ª Comissão Disciplinar, Hender Gifone. Lukinhas será representado na sessão por seu advogado, Renan Pinheiro, que diz não ver nenhuma irregularidade na participação do atleta na competição. O Parauapebas também promete enviar representante jurídico ao encontro, que acontece na sede da FPF, onde está instalado o TJD/PA. Caso venha a ser punido, o Parauapebas poderá recorrer ao Pleno do Tribunal, assim como ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), última instância da justiça especializada no assunto.

Lukinhas sofreu um “gancho” de quatro partidas, aplicado pelo TJD/PA, quando ainda atuava pela Tuna Luso, em 2021. A punição imposta ao Lukinhas foi transformada em pena social, com o atleta se comprometendo a cumprir com a doação de três cestas básicas à instituição de caridade e, ainda, doação de sangue ao Hemopa.

A segunda parte da pena, no entanto, não teria sido cumprida pelo atleta, dentro do que foi determinado pela justiça, gerando a denúncia por parte da procuradoria do Tribunal da irregularidade do meio-campista. O Parauapebas corre o risco de perder três pontos no campeonato e multa que varia de R\$100 a R\$100 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



"Meu mau hábito era..."
Central Saúde



As panelas mais...
Super Gold



Nova camisa da cop...
Achei Oferta

by Taboola

SENADORA ELEITA

MP oficia Damares sobre fala de crimes sexuais no Marajó

Em visita a um templo religioso em Goiânia, no último dia 08, Damares falou sobre crimes contra crianças, que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao arquipélago do Marajó

quarta-feira, 12/10/2022, 15:45 - Atualizado em 12/10/2022, 15:46 - Autor: Com informações de Ministério Público do Pará



Discurso ocorreu durante evento "Mulheres com Bolsonaro" que busca votos do eleitorado feminino ao atual presidente | Reprodução: Internet

A fala da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e recém-eleita como senadora, Damares Alves, sobre supostos crimes perpetrados contra crianças, na região do Marajó repercute e chama atenção de órgãos da Justiça.

No templo religioso em Goiânia, no último dia 08, Damares falou sobre crimes contra crianças, que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao arquipélago do Marajó.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Com isso, o Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, junto aos Promotores de Justiça do Pólo Marajó II, informou que o MP-PA, através de seus membros com atuação naquela área, remeteu ofício à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, nesta terça-feira (11), e solicitou que fosse encaminhado a documentação existente naquele Ministério, conforme afirmado pela então Ministra em seu pronunciamento, a fim de que os relatos sejam investigados e, todas as providências cabíveis possam ser adotadas.

“Outrossim, considerando a realidade sensível do Arquipélago do Marajó, composto por municípios, dos quais alguns apresentam os piores IDHs do Brasil, o MPPA vem atuando no fortalecimento institucional naquela região, bem como na ampla mobilização social em prol dos direitos humanos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes”, disse nota emitida pelo MP-PA.

De acordo com o órgão, o MPPA vem intensificando ações extrajudiciais, de prevenção, conscientização e educação, por meio da execução de Projetos como o “Navegue Não Naufrague nos Crimes Sexuais”, que visa fomentar que as vítimas denunciem, que a sociedade não se omita e que os órgãos responsáveis notifiquem os casos de violência, cumprindo o disposto no art. 245 do ECA, e que vem sendo replicado em todo o Estado, inclusive, no Marajó.

“Por fim, o Ministério Público do Estado do Pará reforça seu compromisso na garantia de direitos infantojuvenis e registra que, reiteradamente, vem reforçando sua atuação naquela região, ciente das dificuldades e dos desafios, especialmente no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como seu irrestrito apoio às mulheres e meninas marajoaras, ratificando o seu compromisso institucional na defesa dos seus direitos humanos” concluiu a nota.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia e MP do Pará pedem provas ao governo Bolsonaro sobre alegações de Damares de tráfico de crianças na Ilha do Marajó; veja ofícios

Ministério Público deu 5 dias para que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresente os documentos. Promotores do Pará afirmam não ter nenhuma denúncia dos crimes citados pela ex-ministra.

12/10/2022 11h45 · Atualizado há 21 horas



Damares Alves discursa durante cerimônia no Palácio do Planalto em setembro de 2020. — Foto: REUTERS/Adriano Machado

A Polícia Civil e o Ministério Público do Pará (MPPA) pediram ao governo Bolsonaro provas sobre as alegações da ex-ministra [Damares Alves](#) sobre crimes na ilha de Marajó. Ela alega, sem provas, que crianças do Marajó são traficadas para o exterior e submetidas a mutilações corporais e a regimes alimentares que facilitam abusos sexuais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O ofício foi enviado à atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, nesta terça (11), "a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis possam ser adotadas", diz nota do MPPA.

A fala de Damares aconteceu durante um culto em uma Assembleia de Deus, em Goiânia (GO), no dia 8 de outubro. Na ocasião, a ex-ministra disse que os supostos crimes foram descobertos pela comitiva presidencial em uma visita ao Arquipélago do Marajó. Damares alegou ainda que o ministério tinha documentos sobre esses crimes.

"O Ministério Público do Estado do Pará solicita que seja encaminhada documentação existente nesse Ministério, no prazo de 05 dias, bem como eventuais esclarecimentos a respeito de medidas tomadas sobre os fatos alegados, a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis adotadas", diz o ofício do MP.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ofício n.º 001/2022 - PJ

Belém, 11 de outubro de 2022.

A sua Excelência, a Senhora
CRISTIANE BRITTO
Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos humanos

Senhora Ministra,

Cumprimentando-a, considerando as declarações da ex-Ministra Damares Alves, em pronunciamento em templo religioso em Goiânia (vídeo anexo), sobre supostos crimes perpetrados contra crianças que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao Arquipélago do Marajó, dos quais, inclusive, afirmou-se que esse Ministério possui provas, o Ministério Público do Estado do Pará solicita que seja encaminhada documentação existente nesse Ministério, no prazo de 05 dias, bem como eventuais esclarecimentos a respeito de medidas tomadas sobre os fatos alegados, a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis adotadas.

Ademais, o Ministério Público do Estado do Pará ressalta que até o presente momento nenhum dos fatos relatados pela ex-Ministra Damares Alves foi encaminhado formalmente aos Promotores de Justiça que atuam na região do Marajó.

Por fim, o Ministério Público do Estado do Pará reitera seu compromisso na garantia de direitos infantojuvenis e registra que, continuamente, vem reforçando sua atuação nesta região, ciente das dificuldades e dos desafios, especialmente no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Aguardando a vossa manifestação, renovo protestos de estima e consideração.

Cordialmente, PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO
ASSMANN:91608058549

Assinado de forma digital por PATRÍCIA
CARVALHO MEDRADO
ASSMANN:91608058549
Dados: 2022.10.11 20:10:05 -03'00'

PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
1ª Promotora de Justiça de Breves

HARRISON HENRIQUE DA
CUNHA
BEZERRA:03399349483

Assinado de forma digital por
HARRISON HENRIQUE DA CUNHA
BEZERRA:03399349483
Dados: 2022.10.11 20:03:57 -03'00'

HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA
2ª Promotor de Justiça de Breves

Ofício do Ministério Público do Pará que pede provas a governo Bolsonaro sobre acusações de Damares Alves de supostos crimes na Ilha do Marajó — Foto: Ministério Público do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os promotores que assinam o ofício afirmam não ter nenhuma denúncia ou prova sobre os supostos crimes narrados no vídeo.

O delegado-geral da Polícia Civil do Pará, Walter Resende de Almeida, também remeteu ofício ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pedindo "com máxima urgência" os documentos, mídias e "tudo o mais que possa subsidiar o desenvolvimento dos necessários procedimentos investigatórios".



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA-GERAL
GABINETE



OFÍCIO Nº 643/2022/DG/PCPA

Belém-PA, terça-feira, 11 de outubro de 2022.

À

Sua Excelentíssima a Senhora
CRISTIANE BRITTO
Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Assunto: Declaração da Ex-Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Senhora Ministra;

1. Com os cumprimentos de estilo, tendo em vista as declarações dadas pela Sra. Damares Alves durante culto da Igreja Assembleia de Deus Ministério Fama, no pretérito 08 de outubro de 2022 (sábado), na Cidade de Goiânia, ocasião que a ex-ministra afirmou que, enquanto titular dessa pasta, teria tomado conhecimento de supostos crimes sexuais cometidos contra crianças traficadas da Ilha do Marajó (PA), descrevendo atos de extrema perversidade infantil, chegando inclusive a asseverar ter posse de relatórios e vídeos comprovadores destas graves situações.
2. À vista disso, na condição de Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, gestor da Polícia Judiciária, instituição responsável pela apuração das infrações penais narradas na situação ora descrita, solicito a Vossa Excelência, com máxima urgência, todas as informações relatadas, incluindo documentos, mídias e tudo mais que possa subsidiar o desenvolvimento dos necessários procedimentos investigatórios.
3. Sem mais para o momento, renovamos os protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,



WALTER RESENDE DE ALMEIDA
DELEGADO-GERAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Avenida Magalhães Barata, nº 209, Nazaré - CEP 66.040/903 - Belém/Pará

Identificador de autenticação: gabinetepcpa@gmail.com 4405292827180 jrsi 1 de 1
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Fone: (91) 4006-9094 / 4006-9045 / 999898724

AUTENTADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO WALTER RESENDE DE ALMEIDA (Cpf. 11.411/7504) EM 11/10/2022 11:05 (hora local) - Aut. Assinatura: ECE43E588A972.C8FD3A8E7C2A8B.71672492E2C3C.6458D6032B8692

Ofício da Polícia Civil que pede provas sobre alegações de Damares de supostos crimes na Ilha do Marajó —
Foto: Polícia Civil do Pará

- [DAMARES ALVES](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br